



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuárias (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Pedro Michel Ferreira Sinimbu

**EVOLUÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE:
ANÁLISE DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA BRASILEIRO**

Brasília – DF
2019

Professor Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor Paulo César de Melo Mendes
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professora Doutora Danielle Montenegro Salamone Nunes
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Doutor Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

Pedro Michel Ferreira Sinimbu

**EVOLUÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: ANÁLISE DO
SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Monografia) apresentado ao
Departamento de Ciências
Contábeis e Atuariais da Faculdade
de Economia, Administração, e
Contabilidade da Universidade de
Brasília, como requisito à Conclusão
da disciplina Pesquisa em Ciências
Contábeis e obtenção do grau de
Bacharel em Ciências contábeis.
Orientadora: Profa. Dra. Fátima de
Souza Freire

Brasília – DF
2019

S615e Sinimbu, Pedro Michel Ferreira
EVOLUÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: ANÁLISE DO
SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA BRASILEIRO / Pedro Michel Ferreira
Sinimbu; orientador Fátima de Souza Freire. -- Brasília,
2019.
34 p.

Monografia (Graduação - Ciências Contábeis) --
Universidade de Brasília, 2019.

1. Setor Elétrico. 2. Balanço Social. 3. Relato
Integrado. 4. Disclosure Voluntários. I. Freire, Fátima de
Souza, orient. II. Título.

Pedro Michel Ferreira Sinimbu

**EVOLUÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE: ANÁLISE DO
SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Monografia) apresentado ao
Departamento de Ciências
Contábeis e Atuariais da Faculdade
de Economia, Administração, e
Contabilidade da Universidade de
Brasília, como requisito à Conclusão
da disciplina Pesquisa em Ciências
Contábeis e obtenção do grau de
Bacharel em Ciências contábeis.
Orientadora: Profa. Dra. Fátima
Souza Freire

Brasília, DF, 25 junho de 2019

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Fátima Souza Freire
Orientadora

Edmilson Soares Campos
Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família por ter sido meu alento nessa longa jornada, aos meus amigos que são parte da minha família e com os quais também partilho minhas vitórias e meus fracassos. Agradeço ao universo por ter me trago esse momento de extremo aprendizado, e me dado saúde e força para supera-lo. Agradeço aos professores e aos funcionários do Departamento de Ciências Contábeis, que me fizeram chegar até aqui e em especial a minha orientadora Professora Fátima pela orientação e paciência.

“ Lembre-se de olhar para as estrelas e não para baixo aos seus pés. Tente entender o que você vê e pense sobre o que faz o universo existir. Ser Curioso. E por mais difícil que a vida possa parecer, sempre há algo que você pode fazer e ter sucesso. É importante que você não desista.”

Stephen Hawking

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	Relatórios de Sustentabilidade: abordagem teórica	12
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	17
4	ANÁLISE DE RESULTADOS	20
4.1	Análise dos Balanços Sociais	20
5	CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS	29
	REFERÊNCIAS	31

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a evolução dos relatórios de sustentabilidade das empresas de energia elétrica brasileiras. De acordo com as orientações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Resolução n. 444/01 e Resolução n. 605/14 referente ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, todas as empresas do segmento são orientadas a elaborar o balanço social, modelo IBASE. Embora o balanço social tenha surgido em 1972 e seja um instrumento de divulgação socioambiental amplamente conhecido pelas empresas, outros relatórios de sustentabilidade ocuparam espaço no conjunto de *disclosures* voluntários. Foram analisados relatórios voluntários de 57 empresas do setor elétrico, referente ao período de 2008 a 2017, extraídos dos sites das empresas ou de publicações no jornal Valor Econômico. O método utilizado foi análise de conteúdo e *check list*, bem como, estatística descritiva de informações extraídas dos relatórios. Nota-se que as empresas do setor de forma geral não se adequam aos padrões de regulação do setor, tal como pressuposto pela ANEEL, mas algumas estão buscando se adaptarem a novo padrão de Relato Integrado.

Palavras chave: Setor elétrico. Balanço Social. Relato Integrado. Disclosure Voluntários.

1 INTRODUÇÃO

Uma entidade procura estar em sintonia com o *stakeholder*, buscando gerar um maior vínculo com eles, com o objetivo de ampliar a venda dos seus produtos, melhorar a sua imagem e gerar um maior valor econômico empresarial. Para isso, é necessário que a empresa tenha transparência de suas ações, sendo a evidenciação corporativa um importante meio de legitimá-las.

A comunicação com os *stakeholders* das empresas se dá por meio dos *disclosures* obrigatórios e voluntários. Os *disclosores* obrigatórios são exigidos por normas e leis, criados por órgãos públicos ou entidades de classe, tendo regras rígidas sobre a forma de elaboração e evidenciação, normalmente direcionada para o público externo, sendo eles: balanço patrimonial, demonstrações do resultado do exercício, fluxo de caixa, por exemplo. Já os *disclosures* voluntários tratam de ações espontâneas, não previstas em lei, sendo de caráter qualitativo ou quantitativo, apresentando uma maior transparência e confiabilidade dos atos e fatos da entidade junto aos seus usuários. Já que não seguem regras externas, a elaboração e evidenciação dos documentos são feitas de forma branda. Cita-se, por exemplo, os relatórios de sustentabilidade.

Segundo Dias (2012), as organizações tornam os fatos cada vez mais públicos daquilo que geram benefícios aos seus *stakeholders*, mas principalmente para seu próprio crescimento, por meio dos *disclosures* voluntários. Atuações, que não são possíveis de serem expressas nos documentos obrigatórios, são apresentadas nestes legítimos instrumentos, permitindo que seus objetivos sejam estrategicamente atingidos.

Com a possibilidade de escassez de energia elétrica, em 1995 o governo brasileiro promoveu uma reestruturação do setor elétrico com advento

da Lei nº 8.987 em que regulamenta as concessões do segmento. Em 1996, a Lei nº 9.427 permitiu a criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), autarquia, sob regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que tem a incumbência de regulamentar o setor.

O setor de energia elétrica tem forte relação com o desenvolvimento econômico do país, impulsionando qualidade de vida aos brasileiros. No Brasil a principal matriz energética é a hidrelétrica, devido ao grande potencial hídrico do país, e fontes secundárias a nuclear, eólica, solar e térmica.

O setor de energia elétrica é dividido em geração, transmissão e distribuição. Conforme relatório da CNI (2017), há dois ambientes de comercialização de energia no país, que são: ambiente de contratação livre e o ambiente de contratação regulada, sendo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) órgão responsável pela comercialização, conforme Decreto nº 5.177/04.

Segundo dados da CNI (2017), relatório sobre “ A evolução do setor elétrico brasileiro rumo à sustentabilidade”, em 2017 as indústrias representavam 32,5% do consumo de energia elétrica do país, seguido do segmento de transporte com 32,2%, residencial com 9,6%, agropecuário com 4,4% e serviços com 4,8%, de um total de 81 milhões de consumidores avaliados.

Citada como base propulsora do desenvolvimento econômico do país, o Setor de Energia Elétrica (SEB) é responsável pelo emprego direto de 238.000 trabalhadores, indireto de 464.000 e 2.7 milhões de trabalhadores em setores vinculados. Esses dados demonstram o papel importante do segmento no desenvolvimento sustentável econômico, ambiental e social do país, tendo impacto em nível global.

Conforme a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2014), o primeiro modelo de Plano de Contas do Setor de Energia teve amparo legal no Decreto 28.545/50. Em seguida, com o advento da Lei n. 6.404/76, o plano apresentou mudanças significativas para os procedimentos contábeis das empresas. Enquanto isso, o Decreto n. 82.962/78 trouxe novas implicações práticas no Plano de Contas do setor elétrico.

Em 26 de outubro de 2001, a Aneel produziu o primeiro “Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica”, com a Resolução nº 444, buscando a adequação do setor para as melhores práticas contábeis. Por outro lado, em 2012, houve novamente a necessidade de revisar o plano de contas do setor, em função das normas brasileiras de contabilidade ter de passar pelo processo de convergência às normas internacionais do IFRIC 12 (correspondente ao ICPC 01). Consequentemente, as empresas de energia elétrica foram obrigadas a se adaptarem às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Em 2014, a Aneel publicou a Resolução nº 605, determinando um novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, sendo considerado hoje um dos principais pilares da contabilidade do setor. O Manual determina a Prestação Anual de Contas, sugerindo o Relatório de Responsabilidade Socioambiental, bem como, a inclusão do Balanço Social, considerados *disclosures* voluntários.

Com a chegada da Lei 11.638/07 que trata da modificação da Lei das Sociedades Anônimas, a contabilidade das empresas brasileiras passou a incluir a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) no conjunto das demonstrações contábeis anuais, somente para as empresas de capital aberto, sendo voluntário para as demais. Nesse sentido, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) gerou o CPC n.º 09 que determina os parâmetros da evidenciação da Demonstração do Valor Adicionado. Por outro lado, a NBC T 15, estabeleceu procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, sendo o normativo para o estudo das interações das entidades no meio, como: a) geração e a distribuição de riqueza; b) os recursos humanos; c) interação da entidade com o ambiente externo; d) interação com o meio ambiente.

Embora os *disclosures* voluntários sejam mecanismos de evidenciação espontânea, sendo importante para a legitimação dos fatos, o número de relatórios de sustentabilidade aumenta cada dia mais, tais como, balanço social (BS), relatório de administração, demonstração do valor adicionado (DVA) e relato integrado. A DVA serve para relatar aos usuários a riqueza gerada e distribuída, em uma determinada escala de tempo, para cinco grandes stakeholder (governo, terceiros, empregados, empresa e acionistas),

apresentando os beneficiários de todo esforço econômico proporcionado pela empresa. O Balanço Social é um importante *disclosure* presente nos relatórios socioambientais, bem como, o relato integrado que demonstram as relações entre a empresa e a sociedade. Atualmente, as entidades têm buscado garantir as informações contidas nos *disclosures* voluntários por meio por meio de auditorias externas. Os normativos AA1000 e ISAE 3000 são os documentos seguidos pelos auditores para asseguarções dos relatórios de sustentabilidade. Este acontecimento ocorre principalmente porque as empresas buscam noticiar as boas atividades e atenuar aquelas negativas.

Assim, o objetivo do trabalho é analisar a evolução dos relatórios de sustentabilidade, *disclosures* voluntários, das empresas brasileiras do setor de energia elétrica. Procura-se saber que tipo de *disclosures* de informações que envolvem comunidade, meio ambiente, funcionários e clientes são publicados por elas, bem como se estes instrumentos são auditados, permitindo uma maior confiabilidade nos subsídios apresentados.

Além da introdução, o presente trabalho está dividido em 4 seções. A segunda trata do referencial teórico. A terceira apresenta a metodologia do trabalho de pesquisa. Na quarta, são analisados resultados da pesquisa. Por último, na última seção, são exibidas as conclusões e perspectivas.

Logo, o trabalho busca fazer uma análise de quais empresas possuem relatório socioambiental, publicam Balanço Social, o *Global Reporting Initiative* (GRI) e a aderência delas ao padrão do Relato Integrado, para então evidenciar essa responsabilidade social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Relatórios de Sustentabilidade: abordagem teórica

A Teoria da Divulgação vem sendo discutida, desde a década de 80, por diversos pesquisadores sobre a evidenciação contábil. Verrichia (2001), por exemplo, destaca alguns aspectos da divulgação das informações financeiras e seu impacto no mercado de capitais, como a variação no preço das ações.

Verrichia propõe então três classificações sistemáticas para a divulgação, sendo elas: associação, discricionariedade e eficiência. A associação está relacionada aos investidores que buscam maximização de riquezas. Neste caso, o efeito do evento de divulgação financeira pode influenciar a alteração de preço e ou o volume de negociação. O processo que leva a tomada de decisão aqui é exógeno, ou seja, influenciado por fatos externos.

A discricionariedade está relacionada à adoção de critérios com que a firma ou o gerente tem para a divulgação das informações que possam avaliar a empresa, sendo então presente em uma seleção adversa com a assimetria de informações prestadas aos usuários externos. É o processo que leva os agentes de mercado tomar essa postura como sendo endógeno, gerando influências internas na empresa.

A eficiência é discutida sob a ótica dos modos de como a divulgação é adotada incondicionalmente, ou seja, sem avaliação prévia. Assim, as ações dos agentes de mercado são feitas de forma endógena.

Na Teoria da Divulgação, os principais instrumentos utilizados pelas empresas para relatar os seus atos e fatos contábeis são os *disclosures*. Os *disclosures* são os instrumentos que as companhias têm para legitimar suas ações financeiras, econômicas, sociais e ambientais sejam elas obrigatórias ou voluntárias.

Conforme o CPC 00, as demonstrações contábeis são os principais documentos obrigatórios que apresentam informações do patrimônio da empresa, servindo como mecanismo de tomada de decisão interna, mas principalmente para atender as demandas externas, como por exemplo, agências reguladoras, governos, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Governo e Entidade de Classe.

Conforme CPC 00, as demonstrações contábeis têm por finalidade satisfazer a necessidade comum dos usuários da contabilidade. O arcabouço do CPC 00 traz uma estrutura conceitual modelo para a elaboração e apresentação dos *disclosures* obrigatórios, tendo como destino os diversos *stakeholders*.

Os *disclosures* obrigatórios são na sua maioria exigências impostas pelo governo, por meio do Decreto 3.000/99, art. 274, Lei 6.404/76 (Legislação Societária), Lei 11.638/07, ou pelo CFC por meio da Resolução 1.376/11, e Deliberação da CVM 676/11. No quadro 1 apresenta a relação dos *disclosures* contábeis exigidos as empresas brasileiras.

Quadro 1: Relação de *Disclosures* Obrigatórios

DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL	REGRA GERAL	S/A. CAP ABERTO	PME's NBCTG1000	ME e EPP ITG1000
Balanço Patrimonial	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Demonstração de Resultado do Exercício	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Demonstração do Resultado Abrangente	Obrigatório	Obrigatório	Substituída pela DLPA	Facultativa
Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados	Substituída pela DMPL	Substituída pela DMPL	Substituída pela DMPL	Facultativa
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Obrigatório	Obrigatório	Substituída pela DLPA	Facultativa
Demonstração do Fluxo de Caixa	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Facultativa
Demonstração do Valor Adicionado	Facultativa	Obrigatório	Facultativa	Facultativa
Notas Explicativas	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório	Obrigatório
Fonte : Jornal Contábil, 2017.				

Fonte: Jornal Contábil, 2017.

Por outro lado, os *disclosures* voluntários tratam de ações espontâneas, não previstas em lei, sendo eles dotados de informações qualitativas ou quantitativas, capaz de legitimar os fatos da empresa. Estes instrumentos dão um caráter maior de transparência administrativa, permitindo uma melhor compreensão da linguagem contábil aos usuários externos. São exemplos de *disclosures* voluntários dotados de informações socioambientais o Balanço Social, Relatório Anual, Relatório de administração, Relatório de Sustentabilidade, Relatório de Sustentabilidade, Relato Integrado, *Global Reporting Initiative* (GRI), DVA e Outros.

Estes apresentam o modo econômico, social e ambiental e das empresas para a sociedade, elucidando sua essência.

O Ibase em seu livro “Balanço Social O Desafio da Transparência” , conta que em 1970 na Europa alguns países como França, Alemanha e

Inglaterra, foram pressionadas pela sociedade a ter maior responsabilidade social, então em 1972 a Singer produziu o primeiro balanço social, e no Brasil a primeira empresa a realiza-lo foi a Nitrofertil em 1984 e posteriormente a Telebrás e Banespa (IBASE, 2008). O Balanço Social então busca evidenciar a distribuição de riquezas, conforme modelo IBASE: 1. Base de cálculo/ 2. Indicadores sociais internos/ 3. Indicadores sociais externos/ 4. Indicadores ambientais/ 5. Indicadores de corpo funcional/ 6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial/ 7. Outras Informações.

Segundo Silva et al (2017), o relatório anual seria mais uma ação de marketing das entidades, por este relatório ser de grande impacto aos investidores externos (Springs,1992). Então alguns modelos de relatórios anuais seriam: Relatório de administração, Relatório de Sustentabilidade, Relato Integrado.

NO Relatório de administração, o objetivo da obrigação é fornecer informações a tomada de decisão (Silva et al, 2007). Este relatório é uma narrativa menos técnica a respeito da situação financeira da entidade e suas expectativas futuras.

O Relato Integrado Integrado foi criado pelo IIRC (*International Integrated Reporting Council*), que foi uma junção de reguladores, investidores, empresas, profissional contábil e ONG (Betina, 2017; citação IIRC, 2013). Tendo como objetivo a melhoria da evidenciação dos relatórios, tendo uma maior clareza e objetividade na relevância estratégica, orientação para o futuro e conectividade entre as informações

O *Global Reporting Initiative* (GRI), fundado em 1997 nos EUA foi uma iniciativa criada buscando padronizar os relatórios de sustentabilidade para facilitar a análise e comparabilidade. Estabelecendo assim, padrões mundiais para na elaboração dos *disclosures* voluntários.

A DVA no Brasil é um *disclosure* obrigatório para companhias de capital aberto desde a promulgação da Lei nº 11.638/07, e contabilmente normatizada pelo CPC 09. Essa obrigação visa mensurar a geração da riqueza da companhia e a sua distribuição de riqueza aos elementos, tais como empregados, investidores, governo e outros.

Atualmente, para dar maior credibilidade nas informações contidas nos relatórios voluntários, as empresas buscam promover a transparência por meio de controles internos de asseguarações, conforme a AA1000AS – AA1000, desenvolvido pela Accountability Assurance Standard (ACCOUNTABILITY, 2019) e de Norma Internacional sobre Compromissos de Garantia (ISAE 3000) que é emitida pela Federação Internacional de Contabilistas (IFAC). A norma estabelece princípios básicos e procedimentos essenciais do comportamento ético e de gerenciamento de qualidade e de desempenho empresarial sobre as informações não financeiras. É aplicado para auditorias de sustentabilidade. A NBC T0 3000 – Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade [CFC], é uma norma brasileira equivalente ao ISAE 3000 da IFAC.

Na Teoria da Legitimidade, uma entidade procura estar em sintonia com o seu público alvo que busca se identificar com os seus produtos e atividades. Para isso, é necessário que a empresa tenha transparência de suas ações, sendo a evidência corporativa um importante meio de se legitimar. Segundo Dias (2012), as organizações tornam cada vez mais públicas os fatos que geram benefícios aos seus *stakeholders*, evidenciando nos Disclosures Voluntários aquilo que não é possível surgir nos documentos obrigatórios. É por aqui que as ações são muito mais legitimadas.

De acordo com Suchman (1995), há três tipos de legitimidade: pragmática, moral e cognitiva. A legitimidade pragmática envolve um público mais próximo a organização, que por vez, terá uma interdependência política, econômica ou social. Na legitimidade moral, a empresa não está interessada no benefício econômico do avaliador, mas está focada na coisa certa a se fazer de acordo com os valores morais daquela sociedade. Na legitimidade cognitiva, a empresa não busca interesse ou avaliação, mas sim a compreensibilidade dos atos, coerentes e claros. A Teoria da Legitimidade é derivada da Teoria dos Contratos, onde existe a ideia de um contrato social. Aqui a entidade busca condições de perpetuidade na sociedade, mas isso só ocorre se ela atender aos anseios daquela sociedade. Toda via, se a entidade quebrar esse contrato sua continuidade estará ameaçada.

Buscando entender os motivos que justifique uma empresa elaborar *disclosures* voluntários, na Teoria dos *Stakeholders*, os diversos usuários (acionistas, funcionários, clientes, empregados e comunidade) são tratados de forma diferente dependendo do grau de relação existente entre ele e a empresa. As partes interessadas seriam grupos que detêm influência significativa ou reivindicam maiores retornos, sendo isso resultado de transações com a corporação. Elas podem ser classificadas em primárias e secundárias (CLARKSON,1995). Segundo Clarkson (1995), o grupo primário seria os investidores, funcionários, clientes e fornecedores, os quais as companhias têm forte relação de dependência. Os secundários seria a própria mídia.

Segundo Freeman (1984), a administração também tem um contrato social com os investidores, sendo que no contrato tem um pressuposto que ela deverá governar em prol dos interesses deles, porém a administração tem um dever moral de atender as demais partes interessadas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa é classificada como qualitativa, com estatísticas descritivas dos relatórios de sustentabilidade. Os métodos de procedimento adotados foram pesquisa bibliográfica e a documental. Os relatórios foram extraídos dos sites das empresas e do Jornal “Valor Econômico”, período de 2008 a 2017. No total foram analisados 278 relatórios.

O presente estudo se baseia na evolução dos relatórios socioambientais e sua evolução ao Relato Integrado, conforme disposto pelo Manual de Contabilidade do Setor de Energia elétrica as empresas deveriam publicar seu Balanço Social de acordo com o modelo Ibase. Conforme site da Aneel há 75 empresas do setor de energia elétrica. No entanto, a amostra foi composta por 57 empresas, devido somente estas apresentarem dados, sendo elas apresentadas no quadro 2.

Quadro 2 – Lista de Empresas do Setor de Energia

Aes Eletropaulo
Aes Sul Distribuidora Gaúcha
Aes Tietê
Ampla Energia e Serviços - Enel
Caiuá Distribuição de Energia
CEA - Companhia de Eletricidade
CEB
CEE-D
Celesc -dis
Celg Distribuição S.A.
Equatorial - Celpa
Celpe/Coelba/Cosern/Elektro - Neoenergia
Celtins - Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins
Equatorial - Cemar
Cemat - Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.
Cemig-D - Companhia Energética de Minas Gerais S.A.
Cerr - Companhia Energética de Roraima
CESP - Companhia Energética de São Paulo
CFLO - Companhia Força e Luz do Oeste
CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco
Cooperaliança - Cooperativa Aliança
Chesp - Companhia Hidroelétrica São Patrício
CNEE - Companhia Nacional de Energia Elétrica
Cocel - Companhia Campolarguense de Energia
Copel-Dis - Companhia
CPFL Energia -consolidado
CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
Demei - Departamento Municipal de Energia Elétrica de Ijuí
DMED - DME Distribuição S.A.
EDP Bandeirante
EDP Escelsa
EFLJC - Empresa Força e Luz João Cesa
Eflul - Empresa Força e Luz de Urussanga Ltda.
ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A
Eletrobras Amazonas Energia
Eletrobras Distribuição Acre
Eletrobras Distribuição Alagoas
Eletrobras Distribuição Piauí
Eletrobras Distribuição Rondônia
Eletrobras Distribuição Roraima
Eletrocar - Centrais Elétricas de Carazinho S.A.
ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A
ELETRONUCLEAR - Eletrobrás Termonuclear S/A
ELETROSUL - Eletrosul Centrais Elétricas S/A
ELFSM - Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.
ENERGISA
FURNAS - Furnas Centrais Elétricas S.A
GEAM - Grupo de Empresas Associadas Machadinho
Grupo Rede - Holding que controla as Concessionárias
Hidropan - Hidroelétrica Panambi S.A.

Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda
ITAIPU - Binacional
Light Serviços de Eletricidade S.A.
Muxfeldt, Marin & Cia. Ltda.
Nova Palma Energia
Sulgipe - Companhia Sul Sergipana de Eletricidade
Engie - TRACTEBEL - Tractebel Energia S/A

Fonte: Do autor

Foi realizado um *check list* para averiguar a existência dos seguintes disclosures voluntários: Balanço Social, Relatório Anual, Relatório de administração, Relatório de Sustentabilidade, Relatório de Sustentabilidade, Relato Integrado, GRI, DVA e Outros. Foi verificado também se os relatórios socioambientais estavam sendo assegurados por auditorias externas, conforme os padrões internacionais dispostos no AA1000 e ISAE3000.

Os *Stakeholders* principais do setor foram elencados como: Aneel, investidores, funcionários, contadores, imprensa; sociedade em geral, conselheiros. Os funcionários são os próprios que trabalham nas respectivas empresas, sendo os que prestam serviço a companhia ou os efetivos do quadro. A Aneel, por se tratar do órgão regulador do mercado. Os investidores que necessitam da informação para a tomada de decisão. Os Contadores que são os profissionais que atuam na área. A mídia que divulga as informações das entidades. Sociedade em geral, seriam todos os que são afetados diretamente pela prestação de serviço da empresa na localidade (comunidade) ou algum grupo que é afetado indiretamente e realiza um estudo a cerca da companhia. A comunidade é a maior interessada na distribuição de riqueza da companhia, seus projetos sociais e socioambientais. Os conselheiros seriam os maiores cargos dentro da hierarquia da companhia, que representam ela publicamente e gerência internamente as mesmas.

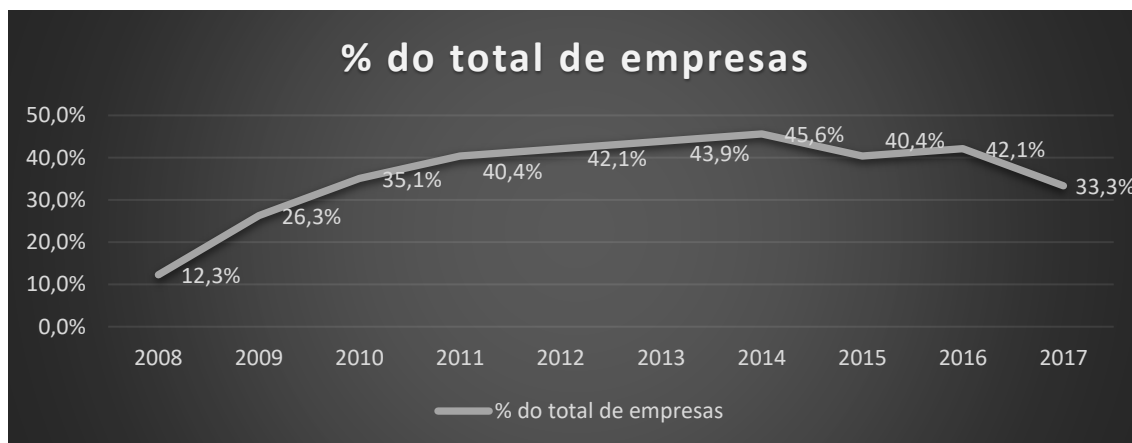
A análise consiste em averiguar quais empresas possuem algum tipo de relatório socioambiental e publicam ou não o Balanço Social ou utilizam o GRI, como evidência da responsabilidade social.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 Análise dos Balanços Sociais

O gráfico 1 abaixo, há informações sobre os Balanços Sociais e quanto representa em porcentagem o total de empresas (57 empresas) que publicaram em relação as empresas que possuíam os dados divulgados (35 empresas). É possível observar que em 2014 houve a maior concentração das empresas que publicaram os Balanço Social no relatório de sustentabilidade, provavelmente porque nesse ano foi publicado o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (Aneel). Podemos concluir que em 2008 essa obrigação voluntária ainda era pouca evidenciada pelas empresas.

Gráfico 1 – Porcentagem de empresas que publicaram o Balanço Social



Fonte: Do autor

Em 2008, somente 7 publicaram o Balanço Social, sendo que somente AES Eletropaulo e Itaipu Binacional divulgaram conforme modelo Ibase, e AES Eletropaulo possui aplicação das diretrizes de GRI é auditada pela Erns & Young. A Itaipu Binacional teve seu relatório de sustentabilidade

auditado pela KPMG e o nível de aplicação de diretrizes da GRI se enquadra no nível A+.

Quadro 3 – Check list 2008

Empresa	Balanço Social	Ibase	GRI
Aes Eletropaulo	x	x	x
Aes Tietê	x		x
Enel	x		x
Celesc	x		
Energisa	x		
Itaipu	x	x	x
Sulgipe	x		

Fonte: Do autor

Em 2009, 15 empresas publicam o Balanço Social, neste ano somente AES Eletropaulo, AES Tietê, Enel, CPFL, CTEEP e Itaipu apresentaram seus relatórios conformes as diretrizes da GRI, e somente a Itaipu se enquadra no nível A+. Somente 5 tiveram seu relatório de sustentabilidade auditados, Eletropaulo, Enel, Neoenergia, CTEEP e Itaipu.

Quadro 4 – Check list 2009

Empresa	Balanço Social	Ibase	GRI
Aes Eletropaulo	x	x	x
Aes Tietê	x		x
Enel	x	x	x
Celesc	x		
Copel	x		
CPFL	x	x	x
CTEEP	x	x	x
Eletrobras - Roraima	x		
Eletrocar	x		
Eletronorte	x		
Eletrosul	x	x	
Energisa	x		
Itaipu	x	x	x
Sulgipe	x		

Fonte: Do autor.

Em 2010, 20 empresas publicam o Balanço Social, e neste ano AES Eletropaulo, AES Tietê, Enel, CPFL, CTEEP, Eletrosul e Itaipu, divulgam conforme Ibase. Do conjunto de empresas somente AES Eletropaulo, AES Tietê, Enel, Equatorial – Cemar, Cesp, CPFL, CTEEP e Itaipu apresentam seus relatórios conforme diretrizes da GRI. a Itaipu se enquadra no nível A+. Nesse

ano somente 5 tiveram seus relatórios de sustentabilidade auditados, AES Eletropaulo, Enel, Cooperaliança, CTEEP e Itaipu.

Quadro 5 – Check List 2010

Empresa	Balanço Social	Ibase	GRI
Aes Eletropaulo	x	x	x
Aes Tietê	x	x	x
Enel	x	x	x
CEE-D	x		
Equatorial - Cemar	x		x
Cemig-D	x		
CESP	x		x
Cooperaliança	x		
Cocel	x		
Copel-Dis	x	x	
CPFL	x	x	x
CTEEP	x	x	x
Eletrobras Roraima	x		
Eletrocar	x		
ELETRONORTE	x		
ELETROSUL	x	x	
ENERGISA	x		
ITAIPU - Binacional	x	x	x
Muxfeldt, Marin & Cia	x		
Sulgipe	x		

Fonte: Do autor

Em 2011, 23 empresas publicam o Balanço Social, mas podemos observar que 10 delas apresentam conforme diretrizes do GRI, um aumento de 25% em relação ao ano anterior. E 9 empresas tiveram seus relatórios assegurados por auditoria independente, que são: AES Eletropaulo, Enel, CEE, Cemig, Cooperaliança, Cocel, CPFL, CTEEP e Itaipu. Neste ano Neoenergia não publicou Balanço Social, porém publicou a DVA e apresentou seu relatório conforme as diretrizes do GRI. Neste ano Neoenergia não publica o Balanço Social, porém utiliza as diretrizes do GRI em seu relatório de sustentabilidade.

Quadro 6 - Check list 2011

Empresa	Balanço Social	Ibase	GRI
Aes Eletropaulo	x	x	x
Aes Tietê	x	x	x
Enel	x	x	x
CEE-D	x	x	x
Celesc -dis	x		

Equatorial - Celpa	X		
Neoenergia			X
Equatorial - Cemar	X	X	X
Cemig	X		
CESP	X		X
Cooperaliança	X		
Cocel	X		X
Copel	X		X
CPFL	X	X	X
CTEEP	X	X	X
Eletrobras Distribuição Rondônia	X		
Eletrobras Distribuição Roraima	X	X	
Eletrocar	X		
ELETRONORTE	X		X
ELETROSUL	X	X	
ENERGISA	X		
GEAM	X	X	X
ITAIPU	X	X	X
Muxfeldt, Marin & Cia. Ltda.	X		
Sulgipe	X		

Fonte: Do autor

Em 2012, 24 empresas publicaram o Balanço Social, sendo que 12 delas tiveram seus relatórios publicados conforme o GRI, um aumento de 20% em relação ao ano anterior. Neste ano 10 empresas tiveram seus relatórios de sustentabilidade assegurados por auditoria independente, sendo elas AES Eletropaulo, AES Tietê, Enel, CEE, Cemig, CHESP, Cocel, CPFL, CTEEP e Itaipu.

Quadro 7 – Check list 2012

Empresa	Balanço Social	Ibase	GRI
Aes Eletropaulo	X		X
Aes Tietê	X	X	X
Enel	X	X	X
CEE	X		X
Celesc	X		X
Equatorial - Celpa	X		
Neoenergia			X
Cemig	X		X
CESP	X	X	X
Chesp	X		
Cocel	X		
Copel	X		
CPFL	X	X	X

CTEEP	X		X
Eletrobras Rondônia	X		
Eletrobras Roraima	X		
Eletrocar	X		
ELETRONORTE	X		
ELETROSUL	X	X	X
ENERGISA	X		
FURNAS	X	X	X
GEAM	X	X	X
ITAIPU	X	X	X
Light Serviços de Eletricidade	X	X	X
Muxfeldt, Marin & Cia.	X		

Fonte: Do autor

Em 2013, podemos notar um avanço no crescimento das publicações dos Balanços Sociais, tendo publicados 25 empresas. Nota-se também um volume maior de publicações conforme o GRI, atingindo em 2013 um total de 15 empresas, aumento de 25%. Porém houve um decréscimo em empresas que tem seus relatórios assegurados, que seria a lista do ano anterior menos CTEEP que nesse ano não publicou relatório de sustentabilidade.

Quadro 8 – Check list 2013

Empresa	Balanço Social	Ibase	GRI
Aes Eletropaulo	X		X
Aes Tietê	X	X	X
Enel	X	X	X
CEE	X	X	X
Celesc	X		X
Neoenergia	X		X
Equatorial - Cemar	X		X
CESP	X	X	X
CHESF	X		
Cooperaliança	X		
Chesp	X		X
Cocel	X		
Copel	X		
CPFL	X	X	X
Eletrobras Rondônia	X		
Eletrobras Roraima	X		
Eletrocar	X		
ELETRONORTE	X		
ELETROSUL	X	X	X
ENERGISA	X		
FURNAS	X	X	X
GEAM	X		X

ITAIPU	X	X	X
Light Serviços de Eletricidade	X	X	X
Muxfeldt, Marin & Cia	X		

Fonte: Do autor

Em 2014, podemos então constatar o ápice de publicações de Balanços Sociais, tendo 26 empresas com essa demonstração publicada. Continua em 2014 15 empresas seguindo as diretrizes do GRI.

Quadro 9 – Check List 2014

Empresa	Balanço Social	Ibase	GRI
Aes Eletropaulo	X		X
Aes Tietê	X	X	X
Enel	X	X	X
CEE	X	X	X
Celesc	X		X
Equatorial - Celpa	X		
Equatorial - Cemar	X		X
Cemig	X	X	X
CESP	X		X
CHESF	X	X	
Cooperaliança	X		
Chesp	X		
Cocel	X		
Copel	X	X	
CPFL	X		X
CTEEP	X		X
Eletrobras Rondônia	X		
Eletrocar	X		
ELETRONORTE	X		
ELETROSUL	X	X	X
ENERGISA	X		
FURNAS	X	X	X
GEAM	X		X
ITAIPU	X	X	X
Light Serviços de Eletricidade	X	X	X
Muxfeldt, Marin & Cia	X		

Fonte: Do autor

Em 2015, vemos então um decréscimo das publicações dos Balanços Sociais, caindo para 23 empresas. A Enel e CEE neste ano não publicaram essa demonstração, porém seguiram as diretrizes do GRI.

Quadro 10 – Check list 2015

Empresa	Balanço Social	Ibase	GRI
----------------	-----------------------	--------------	------------

Aes Eletropaulo	X		X
Aes Tietê	X	X	X
Celesc	X		X
Equatorial - Celpa	X		X
Equatorial - Cemar	X		X
Cemig	X	X	X
CESP	X		X
CHESF	X	X	
Cooperaliança	X		
Chesp	X		
Cocel	X		
Copel	X	X	
CPFL	X		X
CTEEP	X		X
Eletrobras Rondônia	X		
Eletrocar	X		
ELETRONORTE	X		
ELETROSUL	X	X	X
ENERGISA	X		
FURNAS	X	X	X
GEAM	X		X
ITAIPU	X	X	X
Light Serviços de Eletricidade	X	X	X
Muxfeldt, Marin & Cia	X		

Fonte: Do autor

Em 2016, temos 24 empresas publicando o Balanço Social. A Itaipu esse ano optou por publicar somente a DVA, porém teve seu relatório assegurado por auditoria externa e conforme GRI. Destaca a CPFL este ano que não publicou Balanço Social, porém segue as diretrizes do GRI.

Quadro 11 – Check List 2016

Empresa	Balanço Social	Ibase	GRI
Aes Eletropaulo	X		X
CEE-D	X		X
Cemig	X		X
CESP	X		X
Chesp	X	X	
Cocel	X		X
Copel	X		X
CPFL			X
EFLJC	X		
Eflul	X	X	X
ELETROBRÁS Centrais Elétricas	X		

Brasileiras			
Eletrobras Amazonas Energia	x		
Eletrobras Distribuição Acre	x		
Eletrobras Distribuição Piauí	x	x	
Eletrobras Distribuição Rondônia	x		
Eletrobras Distribuição Roraima	x		
Eletrocar	x		
ELETRONORTE	x		
ELETROSUL	x	x	
ELFSM	x	x	x
ENERGISA	x		
FURNAS	x	x	x
GEAM	x		x
Light Serviços de Eletricidade	x	x	x

Fonte: Do autor

Em 2017, das empresas analisadas somente 19 publicaram o Balanço Social, tendo assim um decréscimo significativo. Percebe então que algumas empresas que publicaram o Balanço Social não aplicaram as diretrizes do GRI, porém 5 empresas não publicam o Balanço Social, mas seguem o GRI são elas: AES Tietê, Enel, CEE, Equatorial- Cemar e CPFL

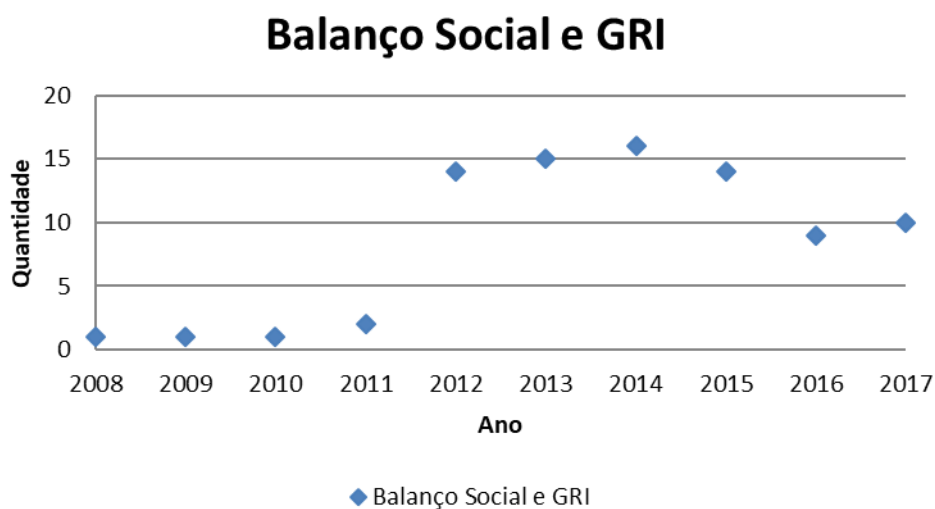
Quadro 12 – Check List 2017

Empresa	Balanço Social	Ibase	GRI
Aes Eletropaulo	x		x
AES Tietê			x
Enel			x
CEE			x
Celesc	x		x
Equatorial - Cemar			x
Cemig-D	x		x
CESP	x	x	x
Chesp	x		
Cocel	x		x
Copel-Dis	x		x
CPFL			x
ELETROBRÁS Centrais Elétricas Brasileiras	x		x
Eletrobras Distribuição Rondônia	x		
Eletrobras Distribuição Roraima	x		
Eletrocar	x		
ELETRONORTE	x		
ELETROSUL	x		x
ENERGISA	x	x	
FURNAS	x	x	x
GEAM	x	x	x

ITAIPU	X	X	X
Light Serviços de Eletricidade	X	X	X
Engie - TRACTEBEL - Tractebel Energia	X		X

Fonte: Do autor

Figura 2 – Empresas que publicaram Balanço Social e seguem o GRI

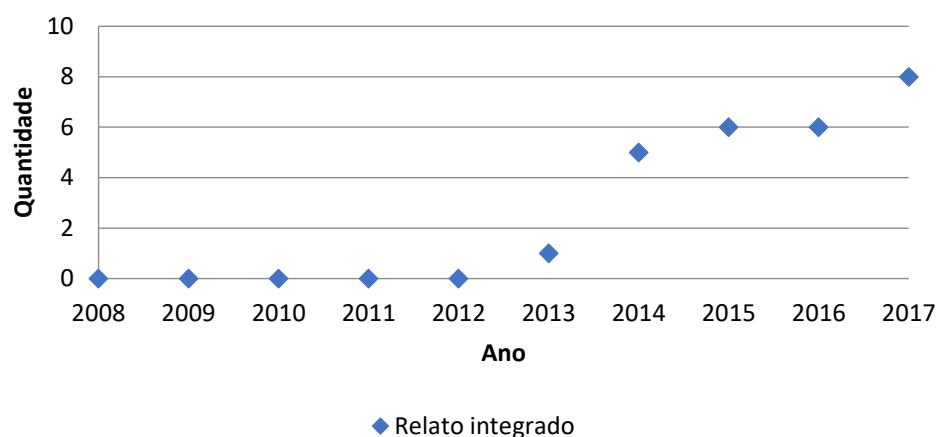


Fonte: Do autor

Vemos na figura acima uma maior adoção da publicação do Balanço Social e do GRI no ano de 2014, sendo então o ano em que foi publicado a Resolução nº 605/14 (Aneel).

Figura 3 – Empresas citam Relato Integrado

Relato Integrado



Fonte: Do autor

Nenhuma das empresas analisadas utilizam o Relato Integrado como forma de publicação, porém elas começam a citar a implantação do mesmo em seus relatórios de sustentabilidade, tendo uma tendência de crescimento na adoção dele.

5 CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

O atual trabalho tem o objetivo de averiguar a aderência dos relatórios de sustentabilidade aos padrões de regulação, que estão dispostos no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e assim verificar juntamente se os *disclosures* voluntários estavam sendo publicados pelas empresas, no período analisado de 2008 a 2017. Foi analisado principalmente a correlação dos relatórios ao modelo Ibase e as diretrizes internacionais do GRI.

As empresas se relacionam com os *Stakeholders* por meio da publicação dos Relatórios Sustentáveis e os Balanços Sociais, sendo que em 2014 houve a maior quantidade de empresas publicando esse instrumento, tendo sido provável que este foi o ano em que a Aneel publica o Manual do Setor, havendo uma maior divulgação assim das práticas que seriam adotadas. Porém nos anos seguintes nota-se uma queda das publicações.

No que tange aos normativos legais do setor somente a Lei 11.638/07 obriga as empresas a evidenciar a Demonstração de Valor Agregado, uma demonstração que mostra a distribuição das riquezas das

empresas, porém o foco da pesquisa foi o Balanço Social, que por este não estar previsto em lei teve menor evidência nos relatórios. Há então um *gap* a partir de 2014, pois as empresas tem orientação da Aneel por meio da Resolução 605 a publicar os Balanço Sociais, o que não foi constatado na presente pesquisa. Foi constatado que boa parte das empresas do setor não segue as orientações de sua agência reguladora.

Apesar da falta de alinhamento das empresas do setor com a Aneel, os relatórios publicados têm apresentado conformidade com as diretrizes do *Global Reporting Initiative*, e citado a adoção do Relato Integrado em partes. Fato relevante também que a única empresa que busca sempre o mais alto padrão de GRI é Itaipu Binacional, e publica seu Balanço Social desde 2003, só 2016 não foi encontrado o BS.

O trabalho contribui para a sociedade averiguar o comportamento das empresas do setor com as normas emitidas pela agência reguladora e pela adoção progressiva dos padrões internacionais de divulgação dos relatórios de sustentabilidade.

Tem como limitação de pesquisa o sítio da Aneel não estar atualizado com as empresas que já não fazem parte do setor, e os sítios das próprias companhias desatualizados ou inexistentes. Foi contactada (por e-mail) as companhias que por vezes não apresentaram os relatórios publicados, porém não havendo resposta a ausência das publicações indagadas. Nota-se então um setor onde algumas empresas não tem um departamento de Relação com Investidores bem estruturado, o que dificulta o acesso a dados que deveriam ser publicos, sendo interessante a adoção desse departamento de Relação com Investidoras a todas. Com a concessão desse serviço publico para as empresas privadas deveria ser fundamental a contraprestação das entidades, uma excelência de atendimento a toda sociedade.

Outra limitação observada foi que as empresas passam a publicar o Balanço Social por meio de indicadores, dificultando a comparabilidade dos dados entre as demais empresas do setor.

Como perspectiva de continuidade e desdobramento do trabalho, sugere-se aplicar o estudo novamente após a normativa nº 814/18 (ANEEL),

que está em andamento e vai reorganizar o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, de forma que as empresas vão precisar se readequar novamente as exigências impostas.

REFERÊNCIAS

IBASE. **Balanco social**. Disponível em: <<https://ibase.br/pt/balanco-social/>>. Acesso em: 15 maio 2019.

APOLINARIO, Uriana Pacheco. **Balanco social**: instrumento de gestão e de transparência da responsabilidade social corporativa: o balanço social como um instrumento evidenciador de responsabilidade. Monografias Brasil Escola. Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/administracao-financas/balanco-social-instrumento-gestao-transparencia-responsabilidade.htm>>. Acesso em: 22 maio 2019.

ACCOUNTABILITY PRINCIPLES STANDARD. Disponível em <<http://www.accountability.org/standards/aa1000as/index.html>>. Acesso em: 02 junho de 2019.

VERRECCHIA, Robert E. Essays on Disclosure. **Journal of Accounting and Economics**. v. 32 n. 1, 2001.

DYE, Ronald A. An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in accounting. **Journal of Accounting and Economics**, v. 42 n. 1 2001.

SALOTTI, Bruno Meirelles; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. Ensaio Sobre a Teoria da Divulgação. **Brazilian Business Review**, v. 2 n.1 2005.

AVILA, Flávia; AVILA, Marcos. **Economia comportamental**: como e quando surgiu. Disponível em: <<http://www.economiacomportamental.org/como-e-quando-surgiu/>>. Acesso em: 03 junho 2019.

MILANEZ, Daniel Y. **Finanças comportamentais no Brasil**. 53 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)-Universidade de São Paulo - USP, São

Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-09022004-130012/pt-br.php>>. Acesso em: 05 junho 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8987cons.htm>. Acesso em 29 maio 2019.

CORREIA, Tiago B. MELO, Elbia. DA COSTA, Agnes M. DA SILVA, Adriano J. Trajetória das Reformas Institucionais da Indústria Elétrica Brasileira e Novas Perspectivas de Mercado. **Revista Economia**, v. 7 n. 3 Publicado em 2006.

DIAS FILHO, José Maria. A pesquisa qualitativa sob a perspectiva da Teoria da Legitimidade: uma alternativa para explicar e prever políticas de evidencição contábil. **Revista Interface**, Rio Grande do Norte, v. 9, n. 1, jan./jun. 2012.

SUCHMAN, M. C. Managing legitimacy: strategic and institutional approaches. **The Academy of Management Review**, v. 20 n. 3, p. 571-600.

CLARKSON, Max B. E. A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. **The Academy of Management Review**, v. 20, n. 1, p. 92-117, Jan 1995.

FREEMAN, R. E. **Strategic management: a stakeholder approach**. Massachusetts: Pitman, 1984.

DE FREITAS, Betina F. Gomes. **Um estudo da aderência da estrutura conceitual do relato integrado no balanço socioambiental do conselho federal de contabilidade**. Unb. 2015.

BRUGNI, Talles V.; RODRIGUES, Adriano; CRUZ, Cláudia F. da. **IFRIC 12, ICPC 01 e Contabilidade Regulatória: Influências na Formação de Tarifas do Setor de Energia Elétrica**. EnANPAD. Rio de Janeiro. 2011

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. A evolução do setor elétrico rumo à sustentabilidade. **Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico**, Brasília: CNI, 2017. Disponível em: <https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/09/de/09de36cb-4f51-4da3-82be-cb9f292269b0/fmase.pdf>. Acesso em: 23 maio 2019.

SILVA, Bruno Gonçalves. **Evolução do setor elétrico brasileiro no contexto econômico nacional: uma análise histórica e econométrica de longo prazo**. 162 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)-Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/86/86131/tde-12032012-091848/pt-br.php>>. Acesso em: 30 maio 2019.

IBASE. **Balanço social o Desafio da transparência**. Rio de Janeiro, agosto de 2008.

SILVA, César A. O. Tibúrcio; RODRIGUES, Fernanda F; ABREU, Robson L. Análise dos relatórios de administração das companhias abertas brasileiras: um

estudo do exercício social de 2002. **Rev. adm. Contemporanea, Curitiba**, v.11, n. 2, abr./jun, 2007.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

COSTA, A. J. B.; PARANAIBA, A. C.; RODRIGUES, S. G. Padrões científicos e tendências metodológicas das teses de um programa de pós-graduação em transportes. In: **XXVIII Congresso Nacional de Pesquisa e Ensino em Transporte da ANPET**, Curitiba: UFPR, 2014.

YUTHAS, K, Rogers R.; DILLARD, J. F. Communicative action and corporate annual reports. **Journal of Business Ethics**, v. 4, n.1-2, 141-157. nov./dec, 2002.

SPRINGER, L. Enhancing the annual report: investor relations and the MD&A. **The Journal of Bank Accounting & Auditing**, v. 5, n. 2, 27-29, 1992.

International Federation of Accountants. **ISAE 3000: Assurance engagements other than audits or reviews of historical financial informations**. New York. 2010

Accountability. **AA 1000SES: Stakeholder Engagement Standard**. United Kingdom.

CASTRO, F. A. R.; SIQUEIRA, J. R. M.; MACEDO, M. A. S. **Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão “G3”, da Global Reporting Initiative, nos relatórios de sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrico sul americano**. XII SIMPOI. São Paulo. 2009.

SOUZA, Lucila Maria de ... et al. Relatório de sustentabilidade: perfil das organizações brasileiras e estrangeiras segundo o padrão da Global Reporting Initiative. **Gestão & Produção**, v.20, n. 4, p. nov.913-926, 2013.

LUGOBONI, Leonardo Fabris ... et al. Importância da sustentabilidade para as empresas do setor de energia elétrica: utilização de relatório de sustentabilidade com base no GRI. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, v..5, n. 3, p.04-25. Agos. 2015.

Andrade, M.C. ; Castro, H.U. Governança Corporativa e seu discurso: Estudo de um texto do Relatório de Sustentabilidade do Santander S.A. **Fronteiras**, , v.5, n. 2, p.118-134, July-December 2016.

Eduardo Luiz Rodrigues ; Saulo Carvalho. O RELATÓRIO ANUAL COMO FERRAMENTA PARA A TRANSPARÊNCIA DA SUSTENTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES. **Revista UniVap**, v. 22, n. 40, fev. 2017.

Pereira, Mércia de Lima; LUCENA, WENNER, Glaucio Lopes Lucena; PAIVA, Simone Bastos. Determinantes da divulgação voluntária do relatório de sustentabilidade nas empresas de energia elétrica e de telecomunicações listadas na BM&FBOVESPA. **Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade: GeAS**, 2018, v. 7, n. 2, p.300-32, 2018.

CNI. A Evolução do Setor Elétrico Brasileiro Rumo à Sustentabilidade. Fórum de meio ambiente do setor elétrico. Brasília. 2017